

RESUMO DA REUNIÃO COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JEQUIÉ

DATA: 27/07/2022

HORÁRIO: 14h30min

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PAUTA:

- 1- Fazer gestão junto ao prefeito municipal de Jequié, no sentido de realizar o rateio dos valores recebidos pelo Município de Jequié entre os professores da educação básica da carreira do município, que estavam em efetivo exercício do magistério entre os anos de 1997-2006, em decorrência dos Precatórios do Fundef, mantendo estrita consonância com o quanto previsto na Lei Federal 14.325/2022;

A Secretária de Educação após a explanação realizada pela diretoria da APLB - Sindicato, informou que aguarda o Parecer Jurídico que será emitido pela Procuradoria do Município de Jequié acerca do assunto. A Procuradoria Jurídica do Município analisa com atenção esse assunto porque em Jequié os Precatórios do Fundef foram repassados antes da Lei Federal 14.325/2022. Diante disso, irá se reunir com a Assessoria Jurídica para estudar a lei dos precatórios do FUNDEF e constatar se os valores recebidos antes da promulgação se enquadram nos critérios de rateio.

- 2- Fazer gestão junto ao Prefeito e ao Procurador Geral do Município para realizar a publicação do ato que reafirmará a concessão das gratificações de estímulo ao aperfeiçoamento profissional e que não tiveram Portarias publicadas pela Prefeitura Municipal no sentido de viabilizar a implantação das aposentadorias dos professores.

Os representantes da APLB fizeram os devidos esclarecimentos da importância e urgência da publicação desses atos por parte da gestão municipal para viabilização das aposentadorias de quem está na fila de solicitação.

A Secretária se comprometeu em fazer um ofício para a Secretaria de Administração onde solicitará agilidade para essa demanda, ressaltando a necessidade de publicação dos atos de gratificação dos/as aposentandos/as e os impactos causados à folha de pagamento e à qualidade da atuação dos profissionais devido a morosidade em tornar público os atos.

- 3- Encaminhamento pela SME para resolver a dívida dos professores que foram presidentes dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino para com a Receita Federal.

A Secretária informou que o **Escritório Chaves e Barros** (localizado na Rua 15 de Novembro) está responsável para realizar o levantamento do débito. Reforçou que os professores envolvidos nessa situação precisam ir até o escritório e apresentar a documentação que viabilize o levantamento dos valores e o repasse posterior à Receita.

- 4- Informar números da matrícula de 2022 na Rede Municipal de Ensino de Jequié por níveis e modalidade de ensino.

A Secretária entregou um relatório onde consta o Número Total de Alunos Matriculados na Rede em 2022: **20.789.**

No relatório consta o quantitativo de alunos por modalidades e níveis de ensino.

Comunicou também que os membros da **Busca Ativa** estão fazendo levantamento junto às secretárias escolares para identificar casos de infrequência e evasão escolar.

- 5- Informações sobre como se encontra a situação dos/as professores/as que estavam em afastamento ou readaptação devido a problemas de saúde, após passar por Perícia Médica.

Os professores estão sendo convocados e encaminhados para as escolas com ofício designando para as funções apontadas pela Perícia. Até o momento todos/os foram readaptados, apenas 01 professora retornou para a regência.

A Diretora Administrativa, Zaira Ribeiro Caroso, informou que a SME tem recebido a documentação protocolada pelos/as professores/a para afastamento ou readaptação por saúde. Além disso, informa às escolas a especificação de como ser readequado o/a professor/a que atua na unidade de ensino.

- 6- Informações sobre a contratação e fornecer planilha com o número e o local de trabalho dos trabalhadores/as que prestam serviços na educação (Serviço Geral, Portaria, Merendeira, Auxiliar de Classe da Educação Infantil e Cuidadores).

Foi entregue aos representantes do sindicato a planilha com o quantitativo dos terceirizados por escola municipal.

Quando questionado da SME sobre casos de desvio de função, respondeu que todos/as os/as profissionais são contratados/as com função designada, mas quando chegam às escolas, interinamente, alguns/mas Gestores/as Escolares fazem trocas e não informam à Secretaria.

- 7- Fornecer planilha com a identificação dos Coordenadores/as Pedagógicos/as e Gestores/as Escolares que estão atualmente exercendo as referidas funções, com as suas respectivas unidades escolares.

Foi entregue aos representantes do sindicato a planilha com os nomes dos cargos de diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos nomeados por escolas.

- 8- Requisitos de formação exigidos para nomear os novos cargos da educação, criados pela Lei Municipal nº 2.211/2022, incisos IV e V, como

também fornecer as informações dos locais de trabalho e atribuições desses cargos.

A Secretária de Educação agradeceu ao sindicato pela sinalização feita com referência a falta de exigência de formação dos cargos da educação criados pela **Lei Municipal nº 2.211/2022**.

Informou que já sinalizou ao Secretário de Governo a deficiência da referida lei e que haverá uma adequação. Informou que atualmente o nível de escolaridade exigido para tais cargos é de nível médio.

A criação desses cargos surgiu da necessidade de extinguir as contratações por terceirização. Quanto à inexistência de formação mínima e atribuições dos novos cargos na Lei Municipal em tela, a Secretária solicitará da Administração que faça um adendo ao texto em vigor.

- 9- Política de investimentos na formação de todos os profissionais da educação do quadro do magistério municipal no manuseio das tecnologias de comunicação digital nas escolas e no suporte estrutural para o acesso à internet banda larga.

Reafirmou que em algumas escolas existem até 3 serviços de internet banda larga. Mas ainda persistem muitos problemas de conexão nas escolas.

Citou que a SME fez parceria com duas professoras da UESB para desenvolver um projeto piloto de formação em duas escolas da Rede Municipal, porém essas escolas têm tido problemas na execução da proposta justamente por conta que existem quedas constantes nos provedores.

O professor Danilo Pereira, da direção da APLB, informou que o projeto na Escola Georgina Miranda não prosseguiu.

A Secretária salientou que a Escola Gercino Coelho será a substituta Unidade de Ensino Georgina Miranda no referido projeto.

10- Informar sobre o avanço dos trabalhos da Comissão de Lotação/Relotação e de Redimensionamento da Rede Municipal de Ensino.

Exatamente neste dia houve a publicação no Diário Oficial do Município da **Portaria nº 30** com a publicação das remoções deferidas e indeferidas.

Em breve, será publicada a Portaria Geral de Lotação e Relotação com a jornada atual de trabalho de cada professor. Está sendo organizada também Portaria com critérios e período para novos pedidos de remoção.

Os representantes do sindicato solicitaram que a SME indicasse, em meio ao Departamento Administrativo, o/a responsável para responder aos questionamentos de quem teve seu processo indeferido com relação a remoção. Zayra Caroso, Diretora do Departamento Administrativo, ficou de informar ao sindicato a profissional e o dia para os atendimentos que se identificam com as remoções indeferidas.

11- Agilizar os processos de enquadramento de 20 horas para 40 horas.

A Secretária Municipal de educação informou que não há nenhum processo na Educação sobre enquadramento. E que já solicitou da Secretaria de Administração para que sejam feitas as devidas publicações com o objetivo de regularizar a situação dos professores que estão com essa pendência. Confirmou que em conversa com o Prefeito houve a reafirmação de que serão publicados todos os processos homologados.

12- Tornar público a organização do cronograma da concessão de licença-prêmio do segundo semestre de 2022.

Já foi realizado.

13- Andamento do Decreto Municipal que irá regulamentar a conversão da Licença Prêmio para a Licença Pecúnia.

A Professora Élvia Sampaio esclareceu que a minuta do decreto está pronta. Porém, ao ser feitos os cálculos, o montante ficou bem acima do esperado e o prefeito solicitou uma consulta ao TCM para que não haja penalidades futuras por conta desses pagamentos. Reafirmou que o cálculo foi feito com inclusão do: Salário Base, Estímulo Atividade de Classe e a Gratificação Valorização.

A Procuradoria está em consulta com o TCM para averiguar a regularidade, mas que o Prefeito mantém o compromisso com a liberação das 50 licenças pecúnia.

- 14-Fortalecimento da política da EPJAI e da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino, estando também em consonância com as diretrizes da Carreira do Magistério Municipal e demais legislação.

Os representantes da SME informaram que os estudos já estão em andamento.

Os representantes do sindicato chamaram a atenção para que caso haja reformulações ou mudanças, que seja criada uma Comissão com a participação do sindicato. É preciso uma análise técnica e jurídica qualificada para criação de novos cargos ou outras demandas e dessa forma não haja conflito e problemas futuros para a carreira do magistério municipal.

- 15-Informações sobre as escolas municipais em reforma que estão funcionando em locais provisórios: identificação da escola e do prédio provisório de funcionamento; previsão para o término da reforma.

Os representantes da APLB receberam a planilha com as informações solicitadas.

A equipe da SME informou ainda que hoje existe uma equipe responsável dentro da própria SME, que tem como membros os engenheiros Felipe e Gabriela que são os responsáveis pelo acompanhamento dos projetos e das obras nas unidades escolares. Quanto aos diretores, estes têm acesso a todas as informações e até houve algumas alterações na planilha de reforma de algumas escolas com base nas solicitações e demandas apresentadas pela gestão escolar.

16- Identificação e endereço das Unidade de Ensino que foram recém-inauguradas.

A informação foi encaminhada posteriormente.

17-Implantar uma política de saúde e de qualidade de vida aos/às profissionais da educação no Sistema Municipal de Ensino, com a finalidade de prevenir o adoecimento e o conseqüente afastamento das suas atividades docentes.

Foram feitas algumas reivindicações a respeito de uma política de prevenção a saúde dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino, em especial pela criação de um projeto onde haja um setor da SME que implante uma política permanente de saúde e de qualidade de vida aos/às profissionais da educação do Sistema Municipal de Ensino. Por um lado, isso desafogará a Secretaria Municipal de Educação quanto aos encaminhamentos que assume sobre essa demanda e também poderá ser colocado em prática o acompanhamento e prevenção de doenças que acometem esses profissionais. Nesse sentido, será preciso fazer levantamento sobre os principais males que condicionam os afastamentos dos/as docentes.

18-O que ocorrer.